



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 872/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1472/2015 – 03 Volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretária Estadual de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais - SEARP.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. José Raimundo Sousa de Farias, Secretário da SEARP, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº. 40/2015 (fls. 552/570).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1726/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 572/573)

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas. Secretária Estadual de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais - SEARP. Exercício 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Notificação. Prazo. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação à SEARP e à DICAD.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar REGULARES COM RESSALVAS as contas do **Sr. José Raimundo Sousa de Farias**, ex-Secretário de Estado de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares – SEARP, exercício 2014, conforme dispõe o artigo 22, II, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE;

9.2- Aplicar multa ao responsável, com fulcro no artigo 53, parágrafo único da Lei nº 2.423/96, LO-TCE/AM, no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), em face da ausência de comprovação, com base em pesquisa de mercado, que a prorrogação da contratação propiciou melhor preço e vantagem para a administração;

9.3- Notificar o Sr. José Raimundo Sousa de Farias, para que tome ciência do decisório, fixando-lhe **prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos dos artigos 73 e 74 da Lei Estadual nº 2423/96 e artigo 169, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.4- Autorizar desde já a inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação e não interposição de recurso com efeito suspensivo, ex vi o artigo 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 872/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.5- Recomendar à Secretaria de Estado de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares – SEARP, que atente com mais rigor para com a validade das certidões que tem ser expedidas, conforme art. 29, III, IV, da Lei nº 8.666/93, bem como que, no caso de nova prorrogação de contratos, cumpra estritamente o estabelecido no inciso II, da Lei nº 57, da Lei nº 8666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98;

9.6- Recomendar à DICAD-AM que realize a inspeção *in loco* referente ao exercício de 2015 na SEARP, de modo a atender o solicitado pelo MPC em seu Parecer nº 1726/2015.

10- Ata: 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral